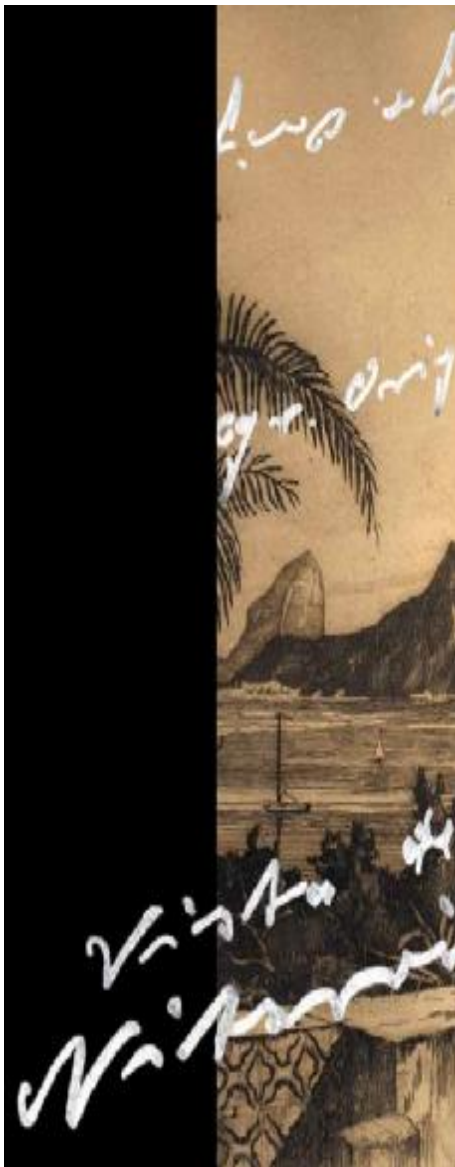


## DIVERSIDADE E INDEPENDÊNCIA

Beatriz Christino  
CNPQ-CEDOCH-DL/USP

Olga Coelho  
CAPES-CEDOCH-DL/USP

*Mais dia, menos dia, [os críticos de Lisboa] hão de ser forçados a fazer duas confissões importantes: a 1ª é que no Brasil a língua portuguesa tem sido muito menos atacada do gílico, que a está roendo e deformando em Portugal; a 2ª é que temos uma língua nossa [...] (Macedo Soares 1942[1874-1890]: 87, nota 18)*



Pesquisa de imagem do início do século XX de Angela França. Foto-montagem: Hayashi Design. Acervo CEDOCH-DL/USP

Obtida a independência política nacional no século XIX, passaram a ser postulados pelos brasileiros diversos graus de autonomia lingüística em relação a Portugal. Literatos, glotólogos e filólogos empenharam-se no debate que apartou os que negavam estatuto especial à variante brasileira do Português daqueles que a ela atribuíam o caráter de sistema em paulatina emancipação.

Entre glotólogos e filólogos, tornou-se recorrente a escolha do léxico e da fonética como níveis de análise, assim como a opção por um tipo de abordagem marcada pela mescla de observações minuciosas e juízos de valor, ligados à ‘superioridade’ e à ‘harmonia’ lingüísticas.

A análise lexical tendeu a destacar palavras conhecidas apenas em uma variante (por exemplo, africanismos como ‘quezila’ no Brasil, ou galicismos como ‘pressante’ em Portugal [bras. ‘urgente’]) e relações de polissemia e homonímia de termos utilizados nos dois países — a exemplo de ‘fazenda’, tomada no Brasil também como ‘propriedade rural’, significado à época desconhecido na ex-metrópole.

A quem afirmava nossa relativa autonomia, acréscimos indígenas e africanos (no caso brasileiro) e franceses (no caso europeu), bem como a significativa diferenciação nos campos semânticos de vocábulos comuns redundariam, inevitavelmente, em um processo de separação entre as duas variantes (Macedo Soares 1942[1874-1890]). Pautados nesses acréscimos e em criações nacionais, exaltavam, ainda, a opulência do nosso léxico.

A quem recusava estatuto autônomo à variante brasileira, discrepâncias seriam inevitáveis, dadas as diferenças étnicas, históricas, políticas e geográficas, mas não atingiriam o ‘gênio’ da língua. Falaríamos, portanto, a mesma língua, nuançada por coloridos locais em uma e outra margem do Atlântico.

Na análise dos sons, privilegiaram-se divergências de pronúncia, como a relacionada às vogais átonas, realizadas apenas no Português brasileiro, ou a ocorrência de /s/ como chiente (predominante em Portugal) ou sibilante (restrita ao Brasil) em sílaba travada. O campo das particularidades fonéticas foi o mais propício à manifestação de juízos de valor:

[...] nossa maneira de pronunciar as palavras da língua herdada por nós e nossos primos de Portugal dá ao idioma brasileiro uma superioridade enorme sobre o português moderno (Paranhos da Silva 1879-1880:2<sup>a</sup>. parte, III)

Para os que defendiam a unidade lingüística entre os dois países, o fato de haver diferenças essencialmente fonéticas e lexicais era um grande trunfo: a diversidade atingiria apenas dimensões menos nucleares e seria creditada a elementos extralingüísticos. Desse ponto de vista, nada justificaria falar-se em duas 'línguas', 'dialetos' ou 'ídiomas'. Para os que defendiam, em graus variados, a autonomia da nossa variante, essas diferenças atestariam a separação em processo. Com maior amplitude vocabular, 'beleza' e 'harmonia' sonora, a variante nacional sobrepujaria a lusitana, justificando a requisição de independência, ou, ao menos, de maior autonomia para o Português do Brasil.